

O JOGO DISCURSIVO DO DIZER E DO SILENCIAR: DENÚNCIAS DE CORRUPÇÃO NO GOVERNO LULA

Lucília Maria de Sousa Romão¹

Soraya Maria Romano Pacífico²

Iara Martins Vieira³

1. Discurso e sujeito: os pilares da teoria discursiva

“As palavras que digo escondem outras” (Clarice Lispector).

A Análise do Discurso de filiação francesa procura compreender a relação estabelecida pelo sujeito com a história e com a língua, definindo discurso como resultante de um processo de construção simbólica, em que os sentidos são construídos, emergem e inscrevem-se a partir da relação que é estabelecida com os sentidos já postos em funcionamento e sempre retomados por sujeitos, num constante movimento em (dis)curso, a cada situação de enunciação.

“Todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sociohistóricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas, de todo modo, atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço.” Pêcheux (1990: 96)

Assim, os sentidos são produzidos junto com os sujeitos, sustentados pela memória discursiva, que permite a manutenção ou a ruptura do que está estabelecido, e pela ideologia, orientadora de tal processo, naturalizando posições para o sujeito e fazendo as suas palavras parecerem claras e evidentes, enfim, indicadoras de uma relação termo-a-termo com o mundo.

No epicentro teórico do discurso está posta a noção de sujeito. O sujeito discursivo não é unívoco, tampouco senhor de um dizer pleno, fechado e homogêneo, mas define-se como uma posição no discurso que pode mudar à revelia da intencionalidade da mensagem, o que de imediato coloca em xeque o paradigma das teorias comunicacionais. É interpelado pela ideologia e capturado pelo efeito de evidência

promovido por ela, ou seja, é inundado pelas palavras de outros, instalando, modificando, rompendo ou apropriando-se de dizeres pré-existentes, atravessado pelas imagens que constrói de si próprio, do objeto discursivo, de seus interlocutores, da imagem que antecipa ter o seu interlocutor de si mesmo para enunciar (Pêcheux, 1969). É importante registrar que, na retomada permanente de palavras já-ditas, o sujeito antecipa é capturado por esse jogo de imagens que sustenta a significação e o sentido das palavras.

Um dizer apóia-se, assim, em inúmeras vozes que o sustentam, dirigindo o sentido em curso não precisamente a um indivíduo que o recebe, mas à imagem que é feita dele: o dizer é elaborado pelo sujeito a partir de sua expectativa construída em relação a seu interlocutor. Reforçamos que o sujeito do qual estamos falando é o sujeito do discurso, ou seja, ele não é empírico, categorizável, passível de observações e conclusões, mas sim, uma posição discursiva em que o sujeito é interpelado em sujeito pela ideologia (Orlandi, 1999). Esse processo de interpelação ideológica sustenta um jogo de antecipação de formações imaginárias, nas quais o sujeito elabora uma imagem de si ao falar com o outro, imaginarizando como esse outro o vê ou inscreve sentidos sobre o objeto discursivo, como ele se coloca discursivamente diante da imagem que ele tem do outro e do objeto, compondo uma tessitura imaginária manifestada na cadeia significante.

Portanto, o sujeito não é “dono” do seu dizer: ele tem seu discurso constituído pelo trabalho do inconsciente e pela ideologia, através das duas espécies de esquecimentos que coordenam o que é selecionado ou preterido na/pela inscrição de sentidos dados pela memória discursiva (Pêcheux, 1975). A ideologia para a Análise do Discurso é concebida como agente naturalizador de sentidos, responsável por apagar os sentidos indesejáveis. Nessa medida, ela é condição essencial para a significação, provocando o efeito de evidência de que um dizer pode somente expressar o significado em jogo e não outros modos de dizer. É o produto da relação que os sujeitos estabelecem com a língua e com a história e que segue coordenando as recorrências ao interdiscurso (Pêcheux, 1999), aqui entendido como saber discursivo, como superfície de sentidos já-lá, anteriores ao momento da enunciação.

O interdiscurso é a base sobre a qual as palavras significam, visto que cada vez que falamos, o fazemos repetindo, deslocando, fazendo deslizar ou recriando sentidos já postos em discurso em outro lugar. Tal reordenação, sustentação, ruptura ou manutenção de significados não é determinada ao acaso, mas construída pela tecelagem ideológica que funciona para conferir uma impressão de naturalidade, de correspondência

direta, objetiva e óbvia entre referente e significado e significante. O que fica às margens do dizer é apagado e esquecido, reclamando e inscrevendo sentidos mesmo assim (Pêcheux, 1969), os quais serão interpretados, segundo Pacífico (2002) pelos sujeitos que ocuparem a função-leitor, isto é, uma posição discursiva que possibilita ao sujeito duvidar da transparência da linguagem, duvidar da relação direta e objetiva tão cara às teorias da comunicação e, além disso, permite ao sujeito-leitor historicizar os sentidos.

Ao falar, o sujeito utiliza-se de determinados termos para construir seu dizer; entretanto, poderia dizê-lo de outra forma, com outras palavras. Daí a razão de incluirmos na análise o conceito de silêncio, posto que, quando uma formulação é materializada, outra é apagada, ou silenciada. Estas considerações fazem-nos pensar na questão do silêncio político, tal como é tratada por Orlandi (1997a). Para a autora (op.cit.), o silêncio político (ou política do silêncio) pode apresentar-se sob a forma de silêncio constitutivo ou sob a forma de silêncio local (censura). No silêncio constitutivo, o sujeito diz X para não dizer Y, isto é, ao produzir determinado enunciado o sujeito silencia outros sentidos possíveis, mas não desejados naquele momento. Já a censura caracteriza-se pela proibição da inserção do sujeito em determinadas formações discursivas, o que afeta sua identidade. Sobre isso, Orlandi (1997: 81) nos diz que:

“Ela é a interdição manifesta da circulação do sujeito, pela decisão de um poder de palavra fortemente regulado. No autoritarismo, não há reversibilidade possível no discurso, isto é, o sujeito não pode ocupar diferentes posições: ele só pode ocupar o “lugar” que lhe é destinado, para produzir os sentidos que não lhe são proibidos. A censura afeta, de imediato, a identidade do sujeito.”

O controle do silêncio político é possível porque existem, na sociedade, “mediadores” (personagens discursivos), ou seja, vozes de autoridade que têm o poder de administrar a produção dos sentidos e, portanto, a distribuição do conhecimento, contribuindo para a formação do consenso, quer dizer, determinam quais os sentidos que podem ser conhecidos e quais devem permanecer em silêncio. De acordo com Orlandi (In: Guimarães, 1989: 43-44), *“essas vozes se representam em lugares sociais de legitimação e fixação dos sentidos e desempenham um papel decisivo na institucionalização da linguagem: a produção do sentimento de unicidade do sentido”*. Em cada momento histórico, protagonistas diferentes podem assumir o papel de mediador, como o sacerdote, o intérprete, o crítico, o intelectual, o jurista, mas seja qual for o papel, a voz de autoridade sempre representará a classe dominante ou aquela que detém o poder. Isto leva à monofonia, uma vez que as vozes que representam a ideologia

dominante (as autorizadas a atribuir/distribuir sentidos) produzem uma voz social homogênea, controlam os sentidos tidos como aqueles que podem ser repetidos e, desse modo, cristalizam para os sujeitos um único modo autorizado de dizer.

Para nós, este processo de silenciamento começa na escola, que trabalha com a visão de sentido único e faz isto através dos “mediadores” (livros didáticos, professores que se apropriam de um saber científico e diante disso consideram-se autorizados a eleger um sentido dominante e distribuí-lo - legitimá-lo - entre os alunos). Assim, a distribuição do sentido está ligada à relação de poder e isto é verificado na instituição escolar, lugar onde esta relação é bem acentuada e é a partir deste lugar que a maioria dos leitores iniciam suas atividades de leitura, ocupando a posição discursiva de fôrma-leitor, ou seja, realizando leituras parafrásticas, repetindo o sentido dos textos lidos, não duvidando da transparência da linguagem, sequer realizando uma leitura sócio-histórica (Pacífico, 2002).

Conseqüentemente, esses leitores lêem os textos jornalísticos, literários, didáticos, poéticos, científicos desprezando a relação desigual de saber e de poder que subjaz a toda produção textual; logo, os sentidos silenciados, não são compreendidos pela maioria dos leitores, os quais, capturados pela ideologia, “acreditam” e repetem o que lêem, sem levar em conta o jogo das formações imaginárias que sustentam todo discurso, a saber: quem diz o quê para quem a partir de qual lugar, como apresentamos anteriormente.

A opção que fazemos por dizer dessa forma e não daquela é semi-consciente ou inconscientemente motivada, obra de dois esquecimentos. Pêcheux (1993) explica essa questão por aquilo que ele chama de *ilusões ou esquecimentos do sujeito*. Para o autor, o sujeito está preso às duas ilusões, isto é, à ilusão nº 1, que é um ocultamento ideológico, um apagamento para o sujeito do processo pelo qual uma seqüência discursiva concreta é produzida ou reconhecida como tendo sentido, o que faz o sujeito achar que é a origem do seu dizer, que o sentido do seu discurso “nasce” nele; o sujeito não reconhece a inclusão daquilo que ele diz em determinada formação discursiva e não em outra, uma vez que é interpelado pela ideologia; logo, a ilusão nº 1 é inconsciente. Já, a ilusão nº 2 faz o sujeito acreditar que aquilo que ele diz corresponde ao que ele pensa (transparência do pensamento), como se existisse relação entre a palavra e o mundo. É um ocultamento lingüístico (pré-consciente/consciente), está relacionada à seleção de palavras e da forma como colocá-las em discurso (paráfrase), isto é, escolher uma maneira entre as várias possíveis de se dizer a mesma coisa. No entanto, o que não foi enunciado continua a existir, pode ser acessível ao sujeito, que fez a opção por

determinado dizer a fim de induzir o interlocutor a entender de um modo e não de outro o discurso produzido; por isso, a ilusão nº 2 é pré-consciente/consciente.

Não podemos escamotear o fato de que o analista do discurso também é capturado por estes dois esquecimentos, porém na medida em que ocupa a posição de analista é possível dizer que ocorrem alguns deslocamentos nestas ilusões, o que lhe permite, segundo Pêcheux (1969) a partir da “desuperficialização” das marcas encontradas, duvidar da transparência da linguagem, isto é, de que aquilo que foi dito só poderia ser dito daquela maneira e não de outra e remeter os discursos às suas condições de produção específicas. Pêcheux (1993: 177) diz:

“Na medida em que o sujeito se corrige para exemplificar a si próprio o que disse, para aprofundar “o que pensa” e formulá-lo mais adequadamente, pode-se dizer que esta zona nº 2, que é a dos processos de enunciação, se caracteriza por um funcionamento do tipo pré-consciente/consciente. Por oposição, o esquecimento nº 1, cuja zona é inacessível ao sujeito, precisamente por esta razão, aparece como constitutivo da subjetividade na língua”.

Esses conceitos têm relação com o modo como o discurso jornalístico inscreve seus relatos, fazendo falar alguns fatos e silenciando outros, inscrevendo uma voz de autoridade que deve ser reproduzida sem desconfiança e, por fim, criando a ilusão de uma relação direta e neutra entre o sujeito e o mundo; sobre isso falaremos na próxima sessão.

2. O discurso jornalístico: desconstruindo o mito da objetividade

“Eu tenho à medida que designo – e este é o esplendor da linguagem. Mas eu tenho muito mais à medida que não consigo designar. A realidade é a matéria-prima, a linguagem é o modo como vou buscá-la – e como não acho.” – Clarice Lispector

Tecidos alguns conceitos fundamentais da Análise do Discurso, nessa sessão, definiremos o discurso jornalístico em sua particularidade e avaliaremos a forma como o suporte eletrônico faz falar um modo outro de inscrição da linguagem e do discurso. A essas análises, acrescentaremos considerações essenciais à compreensão da conjuntura sócio-histórica que constituem as formações discursivas acerca dos desdobramentos

políticos do Governo Lula. Para o discurso jornalístico, em especial, o trabalho da ideologia se reflete no imaginário de que os “fatos falam por si”, no mito de objetividade jornalística (Mariani, 1998), na comprovação imediata que as palavras e as fotografias supõem encerrar. Nessa medida, o discurso jornalístico funciona de maneira autoritária, ou seja, o leitor dificilmente é convidado a refletir acerca do conteúdo exposto, ficando inebriado pelo efeito hipnótico do excesso de informações. O sujeito-leitor, então, torna-se um devorador passivo de sentidos dominantes, que são manifestos conforme os interesses dos grandes grupos econômicos que controlam os meios de comunicação (Moraes, 1998). O efeito de evidência da voz midiática (entendida, aqui, também, como uma voz de autoridade) dá-se de modo a apagar o jogo de interesse pelo poder que está na base da produção histórica dos sentidos sobre informar, a escamotear o político até mesmo quando noticia sobre ele e a virtualizar a asepsia da neutralidade, objetividade e isenção, aqui entendidas como ilusões necessárias para o sujeito enunciar desse lugar.

A textualidade eletrônica é notável por rearranjar bruscamente com a cultura impressa tradicional e o faz ao impor novas formas de difusão, inscrição e circulação das palavras (Chartier, 2002), especialmente se observarmos a avalanche de portais de informação, blogs jornalísticos, sites de relatos, comunidades etc. Mais do que uma explosão de espaços de produção de dizeres, a difusão de textos da *web* também é modificada já que não depende do aparato editorial tradicional para a circulação dos dizeres. Ao interlocutor do discurso eletrônico, tanto é dada a possibilidade de acessar um emaranhado de textos da rede, quanto a de acrescentar-lhe mais um ponto, fazendo-se sujeito nessa teia de nós. Permitida por esse potencial maximizado de difusão, a oferta textual é infinitamente superior à capacidade de apropriação e elaboração dos discursos postos em movimento na rede. Tanto a redefinição de pré-requisitos à condição de autor, quanto o volume incalculável de textos conectados tornam problemáticas a confiabilidade de um texto e a legitimação e reconhecimento do trabalho de seu autor.

Ainda um terceiro ponto se faz importante, além da reconfiguração do impresso, da explosão informacional e da acessibilidade aparentemente fácil, a topologia forma do hipertexto modifica o gesto de dizer e ler na rede eletrônica, já que ele pode ser definido como “(...) *um processo de escritura/leitura eletrônica multilinearizado, multiseqüencial e indeterminado, realizado em um novo espaço.*” (Marcuschi, 1999: 21/22). Ou seja, a inscrição textual própria do suporte eletrônico caracteriza-se, sobretudo, pela capacidade de reunir, em um único suporte, diversas materialidades, antes estanques, tais como animação, som, texto, imagem dentre outras; pela fragmentação e descontinuidade do texto tal como o impresso materializava. Consideramos que, na rede eletrônica, emergem efeitos de dinamicidade, fugacidade, deslocamento e virtualidade de um tempo

sem bordas como se as palavras movimentassem-se em si/por si mesmas, desdobrando-se, desviando o navegador por entre atalhos perigosos e impensadas dispersões.

Em relação à mídia, é possível dizer que a eletrônica configura-se como espaço de tensões marcado pela afirmação hegemônica dos interesses da sociedade atual, posto que a voz de muitas corporações midiáticas está manifesta em *links* e em redes de *links*, promovendo a comercialização direta de produtos, propaganda, serviços, dizeres aparentemente ao alcance de todos e em escala mundial e incluindo a supremacia da língua inglesa na pauta global (Ramonet, 2002); no entanto, esse mesmo espaço é cindido, tendo em vista a emergência de outras (tantas) vozes que colocam em conflito os sentidos dominantes, marcando ruptura em relação aos dizeres tidos como oficiais (Romão, 2002). Assim, a *internet* implica confrontação de vozes e uma acessibilidade finita pois não são todos que estão *on-line*; nesse sentido, desconsideramos o mito da concretização da comunicação universal e democrática de alcance ilimitado e indiscriminado (Melo, 2004).

Em geral, os textos provenientes de grandes jornais, revistas, editoras empresas, personalidades, etc., são muito mais visitados do que os textos publicados por indivíduos e entidades que não dividem o mesmo *status* econômico ou político. Considerando o apelo comercial óbvio da *Internet*, podemos inferir que os recursos financeiros são destinados aos “locais” mais populares, aparentes e acessados na rede, que, portanto, garantem viabilidade a quem vende ou anuncia. Assim se efetiva uma relação mutuamente benéfica ao exercício de poder persuasivo e de poder econômico através da comunicação eletronicamente mediada (Thompson, 1998). Todas essas questões são importantes para compreender o modo de funcionamento dos discursos, a forma como certos sentidos são tomados como dominantes, cristalizando apenas uma maneira de dizer e legitimando um imaginário que supõe a potência e a acessibilidade igualitária da/na rede.

O questionamento pretendido até aqui não tem interesse em investigar tão somente o suporte ou tecer considerações sobre a mídia ou caracterização do discurso jornalístico eletrônico, mas, conforme a Análise do Discurso postula, é fundamental também avaliar a inscrição sócio-histórica dos dizeres, pontuando as condições de produção em que as palavras foram disputadas. Em relação à política brasileira, o governo do presidente Lula destaca-se inicialmente pela falta de precedentes, ou seja, por ser ele o primeiro candidato inclinado à esquerda a assumir a presidência do país e por ter tido uma biografia ligada ao movimento sindical, bem distante dos sentidos já construídos para o lugar de presidente (Indursky, 2003) . Foi precedido por quatro

presidentes de orientação política contrária, que por sua vez seguiram-se a quarenta anos de ditadura de extrema-direita. As imagens do PT e, sobretudo, do governo Lula estiveram tradicionalmente associadas à oposição a esses regimes e à defesa do ideário do mundo do trabalho e da luta em prol dos direitos dos trabalhadores. Dessa forma, a origem e as atividades de Lula e do partido até o exercício político atual consolidaram-se no imaginário popular como a ascensão da classe trabalhadora à Presidência, marcando, assim, a possibilidade de entendimento de um acontecimento discursivo (Pêcheux, 1997). Derivam principalmente dessa condição a controvérsia e o impacto que têm, no público, as supostas denúncias e evidências de corrupção de um governo sustentado por esse imaginário e inscrito a partir da historicidade apresentada. Marcamos, então, a contradição histórica ou o furo de algo que parecia sustentar uma outra história.

3. A reiteração da ilusão de transparência no discurso eletrônico

“O indizível só me poderá ser dado através do fracasso da minha linguagem. Só quando falha a construção, é que obtenho o que ela não conseguiu.” – Clarice Lispector

Constituímos o nosso corpus de análise da seguinte maneira: fizemos diversas visitas a portais de informação na mesma data e selecionamos alguns relatos sobre o tema corrupção no governo Lula de três portais de informação: Época, Veja On-Line e Portal Vermelho. Em seguida, escolhemos alguns recortes, cujas marcas lingüísticas são indiciárias de um determinado funcionamento discursivo. Vamos à análise que ora apresentamos. A ilustração retirada do portal eletrônico da revista “Época”, demonstrada em destaque abaixo, consiste numa síntese interessante das características concernentes à mídia e ao discurso jornalístico eletrônico aqui apontados:



Em parte do espaço da página da *Web*, encontramos na forma de *link* um anúncio publicitário para a compra da assinatura da revista, com a logomarca da *Época* associada ao significante "*Transparência*", o que reforça a suposição do discurso jornalístico como referência e retrato transparente, natural e objetivo da realidade e ilustra o trabalho da ideologia no/para o gênero discursivo jornalístico, sustentando o efeito de verdade inquestionável. No caso, a garantia da transparência constitui todo o apelo para a venda da assinatura; logo abaixo, é exibido um segundo anúncio, bem visível, animado e interativo com um *link* que conduz (e o faz imperativamente, como marca de um discurso autoritário, temos o dizer "*Passe o mouse*") à página do produto anunciado. A cada *link*, que tão rapidamente desloca o sujeito para um novo e diferente espaço da *web* e que tão intensamente convida os olhos e os dedos ao movimento de deslocamento, constatamos a imposição dos dizeres e a falta de espaço para pausa, elaboração e reflexão acerca do que foi visto/lido.

Temos, no substantivo e nas palavras de ordem apresentados acima, o mecanismo ideológico de naturalização do sentido de que há, sim, transparência na revista impressa que se apresenta eletronicamente e de que o efeito de verdade se processa nas duas versões, colocando essa voz em um lugar de prestígio, marcando que ela se apresenta como clara, sem opacidades ou embaçamentos e, desse modo, colocando o sujeito-leitor-navegador como aquele que deve acreditar em tal órgão de imprensa e nos relatos promovidos por ele. À luz dessas considerações, e pretendendo analisar um movimento contrário ao efeito de transparência, de objetividade, isto é, trazendo para as análises o conceito de silêncio, tal como apontamos acima, interpretaremos duas imagens veiculadas, nos portais já citados, acerca da reação do Presidente às denúncias de corrupção.



Lula: "Eu estar aqui incomoda muita gente"



E A REELEIÇÃO?
O presidente Lula: ele diz que perdeu o ânimo de tentar a reeleição e, agora, só quer preservar a sua biografia

A fotografia da esquerda foi retirada da reportagem de 22/06/05, publicada no portal Vermelho, segundo a qual Lula havia afirmado no dia anterior que "*tem gente que*

não gosta" que o governo faça transferência de renda, que "*os que torciam para que fosse um desastre o governo, já estão com medo hoje é da reeleição. Esse é o dado concreto e objetivo*". Na legenda, temos "*Eu estar aqui incomoda muita gente*". Esses dizeres, enunciados em um contexto de supostas acusações de corrupção envolvendo o Partido dos Trabalhadores, sustentáculo do presidente, tamponam os sentidos de corrupção desviando-os para outro lugar que não aquele em que pesem ética, honestidade, transparência tal como o portal da Época vende na sua primeira página. Tamponar o furo, silenciar a investigação, deslizar os sentidos para outro lugar: esse parece ser o modo como a ideologia naturaliza sentidos para o sujeito, fazendo-o enunciar do lugar de presidente, diferente daquele em que o sindicalista, o operário, o líder sindical, o preso político falavam.

Agora, no lugar de primeiro mandatário do país, o sujeito faz falar o incômodo não diante de possíveis erros de alguns de seus ministros, mas diante de um outro distante e impreciso, aqui marcado como "*tem gente*", "*muita gente*" e "*os que torciam*". Há que se marcar que, na ordem da língua, tais marcas indiciam o litígio ritualizado com um inimigo não interno ao partido ou ao governo, mas externo à gestão petista, o que escamoteia o sentido de auto-crítica ou de mea culpa. O "Eu-Lula" corresponde à representação da classe trabalhadora, o "*aqui*" ao cargo da presidência e o "*muita gente*" à classe e mídia dominantes, o que pode ser interpretado pelo acesso ao interdiscurso. Assim, acomodam-se as posições-sujeito de tal modo: o sujeito na posição de presidente incomoda, o "*muita gente*" fica descontente e faz circular calúnias, ou seja, um confronto em que Lula e, no limite o PT, asseguram-se como inocentes e vítimas.

Sabemos que as condições de produção de um discurso constituem um ponto central para a AD, visto que para essa teoria toda atividade de linguagem se dá a partir da colocação dos protagonistas do discurso em relação ao objeto discursivo. Não se trata, pois, da posição física de organismos humanos, mas sim, de lugares determinados na estrutura da formação social (patrão, empregado, professor, aluno, etc) e a ocupação de determinada posição estabelece uma relação do sujeito com uma série de formações imaginárias que envolvem os interlocutores e o referente, e a partir destas relações é que os discursos são produzidos. Com base nessas considerações, podemos dizer que o sujeito, a partir da posição de presidente da República do Brasil, tenta construir um discurso argumentativo, privilegiando alguns sentidos e silenciando outros, por meio de um deslizamento de sentidos que se dá devido a uma migração para outra posição discursiva, não aquela de responsável pelo país e acusado de falcatruas e corrupção (o "*eu*"), mas sim, passa a falar de outro, que, pelo efeito da memória discursiva nos permite interpretar como: "*tem gente*" que o discriminou porque não aceitava um

presidente pobre, operário, que não “falava corretamente”; por isso, “*tem gente*”, agora, que faz circular calúnias para atrapalhar o governo Lula.

Essa mudança de posição do sujeito acarreta, também, uma mudança no efeito de sentido do discurso, pois enquanto o sujeito usa a 1ª pessoa do singular, ele cria um efeito de proximidade com o objeto discursivo e, além disso, assume a responsabilidade pelo seu dizer; no entanto, à medida que o sujeito passa a falar da 3ª pessoa, o efeito de sentido da relação sujeito-objeto discursivo passa a ser de distanciamento, afinal, quem é “*muita gente*”? De acordo com a análise de discurso de linha francesa, sabemos que quando um sujeito não tem acesso a uma região dos sentidos ou pretende silenciá-la, ele se desloca para significar em outro lugar, em outra posição. A nosso ver, o sujeito usou uma estratégia argumentativa. Segundo Osakabe (1979: 96), o estudo da organização do texto argumentativo depende totalmente das condições de produção do discurso:

“Isto é, depende das imagens mútuas que se pressupõem fazer locutor e ouvinte; depende das imagens que se pressupõem fazer locutor e ouvinte sobre o referente; depende, em último lugar, dos atos de linguagem que o locutor realiza no momento do discurso”.

O autor (op.cit.), analisando o discurso político, também aponta que a argumentação parece estar fundamentada em três atos distintos que mantêm entre si uma relação próxima da relação de implicação e a articulação destes atos promove a organização argumentativa do discurso. De acordo como autor (1979: 97), esses atos podem ser entendidos como “*um ato de promover o ouvinte para um lugar de decisão na estrutura política; um ato de envolvê-lo de forma tal a anular a possibilidade da crítica; e um ato de engajar o ouvinte numa mesma posição ou mesma tarefa política*”. Para nós, a organização argumentativa apontada por Osakabe está relacionada ao que Orlandi (1993) considera mecanismo de antecipação que compõe a estratégia discursiva. Para a autora (1993: 18), “*compõe a estratégia discursiva prever, situar-se no lugar do ouvinte a partir de seu próprio lugar de locutor. Esse mecanismo regula a possibilidade de respostas e dirige a argumentação: são as antecipações*”.

Com base na análise, entendemos que o sujeito produziu seu discurso de modo a tentar cooptar o leitor e envolvê-lo nos sentidos tecidos sobre difamação, calúnia, intrigas da oposição, como se isso fosse comum em todo governo, não só no governo Lula. Desse modo, entendemos que o fato de Osakabe (op.cit) ter encontrado determinada estrutura no discurso político deve-se à necessidade de o texto

argumentativo trabalhar com a possibilidade de mobilizar o leitor para a tomada de decisão diante dos sentidos produzidos na/pela argumentação.

Reportagem da Revista Veja disponibiliza uma fotografia de Lula ao lado de Roberto Jefferson, epicentro das denúncias do Mensalão.



A legenda traz, em vermelho, a indicação de uma "Companhia incômoda", o que nos permite questionar: afinal, quem incomoda quem? Ao mesmo tempo, tal chamada renegocia sentidos com a formulação "*Eu estar aqui incomoda muita gente*", o que nos convida a atravessar a cortina de opacidade desses dizeres, indagando o que representa incomodar nesse contexto: seria algo da ordem de incomodar a ordem vigente do executivo? Haveria uma correspondência entre os cargos de se incomodarem mutuamente? Seria esse incômodo da ordem interna à gestão política? Em que medida tal efeito de incômodo dialoga com outros personagens que estão fora da cena? O sentido de incomodar nos permite considerar a polissemia, os pontos em que o sentido escapa para outros lugares e a possibilidade de um dizer midiático não ser exato, mas permitir diversas leituras.

Observamos que, ao lado do incômodo, marcado discursivamente pela voz da Veja, o presidente não enuncia incômodo algum, pelo contrário, afirma que "*Nós temos de ser parceiros, e parceiro é solidário com seu parceiro*". A repetição da mesma palavra "*parceiro*" para nós é muito significativa, pois marca um modo de o sujeito emergir, fazer falar a sua posição e denunciar-se em um lugar, nesse caso, criando uma máxima com

força de lei. Nesse caso, ser presidente está ligado a fazer parcerias, ser solidário e não abandonar o parceiro, ainda que ele seja o grande oráculo de denúncias contra o próprio governo. Parceiro é o significante mais recorrente no dizer empresarial da globalização: fala-se de o funcionário ser parceiro da empresa, de o expectador ser parceiro de um programa de assistência em escala nacional, de a costureira ser parceira da escola e adotar atividades de recreação nos finais de semana, de as empresas serem parceiras das ongs, de uma corporação firmar parceria com outra. Enfim, estamos diante de um significante da moda que implica os efeitos de criar vínculos no plano empresarial com vistas a lucrar algo ou ampliar ganhos, que podem ser mensurados em capital ou não. Deslizando do mercado para a política, tal significante retoma o interdiscurso e promove uma amarração em que fazer política assemelha-se ao gesto de desenhar apoios, colher lucros e manter conchavos ainda que, para tal, seja preciso estar como na foto com as mãos escondidas no bolso ou atrás do corpo. Para nós, nesse caso, os sentidos construídos pelo texto imagético contradizem aqueles produzidos pelo texto verbal, pois como é de se esperar, parceiros dão-se as mãos, abraçam-se e não permanecem separados como na foto em análise, que também marca a ausência de sorriso no rosto do presidente, traço não-comum entre parceiros, principalmente quando querem mostrar a parceria para o público.

Podemos dizer que, se, por um lado, a política do silêncio tenta impor determinados sentidos para se impedir outros, por outro lado, esse processo acaba por produzir um outro processo: a retórica da resistência. Tal retórica consiste em significar, mesmo à revelia do sujeito, determinado discurso interdito através de processos outros (Lagazzi, In: Orlandi, 1997), os quais podem aparecer por meio de palavras (no caso analisado: *"desastre"*, *"medo"*, *"incômoda"*, *"crise"*) e imagens (mãos escondidas, expressão séria), como indícios de outras possibilidades de interpretação.

4. Considerações finais

Com base na discussão teórica e nas análises feitas até aqui, inferimos que o discurso sobre a suposta corrupção no governo Lula circulou na mídia impressa e eletrônica de modo a promover a emergência do político, sustentado por redes de filiações do já-dito sobre o que é ser presidente em um país como o nosso, sobre os sentidos da sigla PT, sobre os movimentos de parceria, sobre a solidariedade que o fazer política parece reclamar.

Para interpretar essa tessitura textual, defendemos que o sujeito precisa ocupar a posição discursiva de função-leitor (Pacífico, 2002), pois os sentidos não são

transparentes, como supostamente o discurso jornalístico o pretende; ao contrário, os sentidos sempre podem vir-a-ser outros, dependendo da relação dos interlocutores, do contexto sócio-histórico, do acesso, ou não dos interlocutores ao interdiscurso e do efeito da ideologia. Dessa forma, as posições-sujeito, o efeito ideológico de evidência e o interdiscurso são ferramentas importantes na empreitada de analisar os sentidos sobre o político, nesse constante jogo de dizer e silenciar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. São Paulo: Editora da UNESP. 2002.
- INDUSKY, Freda. *Lula lá: estrutura e acontecimento*. IN: Organon 35, vol 17 Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. In: *Hipertexto e gêneros digitais*. Org: Marcuschi, Luiz Antônio e Xavier, Antônio Carlos. Rio de Janeiro: Editora Lucerna. 2004.
- MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989*. Campinas: Editora da Unicamp e Editora Revan, 1998.
- MELO, Cristina T. Vieira de. *A Análise do Discurso em contraponto à noção de acessibilidade ilimitada da Internet*. In: Hipertexto e gêneros digitais. Org: Marcuschi, Luiz Antônio e Xavier, Antônio Carlos. Rio de Janeiro: Editora Lucerna. 2004.
- MORAES, Dênis de. *A dialética das mídias globais*. IN: *Globalização, mídia e cultura contemporânea*. Campo Grande: Editora Letra Livre. 1997.
- MORAES, Denis de. *Planeta mídia, tendências da comunicação na era global*. Campo Grande: Letra Livre. 1998.
- ORLANDI, Eni. *Análise do Discurso: Princípios e Procedimentos*. Pontes Editores, Campinas, 1999.
- ORLANDI, E. P. *As Formas do Silêncio: no movimento dos sentidos*. 4ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.
- ORLANDI, E.P. "Silêncio e implícito (Produzindo a monofonia)". In: GUIMARÃES, E. (org.) *História e Sentido na Linguagem*. Campinas, SP: Pontes, p. 39-46, 1989.
- OSAKABE, H. *Argumentação e discurso político*. São Paulo: Kairós, 1979.
- PACÍFICO, S.M.R. *Argumentação e autoria: o silenciamento do dizer*. Tese de Doutorado. Ribeirão Preto/SP: FFCLRP/USP, 2002.
- PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes Editora, 1997.
- PÊCHEUX, M. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. In: GADET, F e HAK, T. (org.). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

- PÊCHEUX, Michel. 1969. *Semântica e Discurso*. Uma Crítica à Afirmação do Óbvio. Trad. Eni P. de Orlandi et alii. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.
- PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: P. Achard (Org.). *Papel da memória*. (Tradução de José Horta Nunes). Campinas: Pontes, 1999.
- RAMONET, Ignácio. 2002. *Propagandas Silenciosas*. Petrópolis. Editora Vozes.
- ROMÃO, Lucília Maria Sousa Romão. *O discurso do conflito materializado no MST: a ferida aberta na nação*. Tese de Doutorado. Ribeirão Preto/SP: FFCLRP/USP, 2002.
- THOMPSON, John. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

RESUMO: Este trabalho busca analisar, de acordo com os pressupostos teóricos da Análise do Discurso de matriz francesa, o funcionamento discursivo de alguns recortes lingüísticos de textualizações colhidas no portal eletrônico da Associação Vermelho e no Veja *On-line*. Pretendemos investigar como os textos eletrônicos ora tentam criar um efeito de sentido de evidência, objetividade esperada no discurso jornalístico; ora silenciam sentidos que não podem/devem circular, tendo como objeto de análise algumas legendas fotográficas inscritas em matérias jornalísticas eletrônicas referentes a denúncias de corrupção associadas ao governo Lula, no decorrer de 2005.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso, Sentido, Silêncio, Corrupção, Governo Lula.

ABSTRACT: This work search to develop, to the light of the Analysis of the Discourse of French head office, a study about some photographic legends enrolled in electronic journalistic matters regarding accusations of corruption associated to the government Lula in elapsing of 2005. After the theoretical discussion, we will analyze linguistic cuttings picked in Associação Vermelho electronic portal and in Veja On-line, both materialize contrary discursive formations making to speak a litigation in the electronic net.

KEY-WORDS: Discourse, subject, corruption, government Lula.

¹ Profa. Dra. da Graduação e Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto-USP. Profa. colaboradora do Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade Federal de São Carlos.

² Profa. Dra. da Graduação e Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto-USP

³ Aluna de graduação do curso de Ciências da Informação e da Documentação, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto-USP, Bolsa de Iniciação Científica FAPESP (Nº06/60876-3).